

## **A LEGALIZAÇÃO DA INFORMALIDADE: UM OUTRO OLHAR SOBRE O MERCADO POPULAR DA URUGUAIANA**

**Aluno: Ana Clara M. C.B. Pinto**  
**Orientadora: Regina Célia de Mattos**

### **Introdução**

A informalidade torna-se uma palavra a cada dia mais comum por sua atividade estar mais freqüente no cotidiano atual, pois muitas vezes é a única alternativa de trabalho para grande parte da população do Brasil. Sua expansão deriva de opções feitas pelos governos, a partir da década de 1970, em relação à economia, com a entrada de tecnologias e novas formas de gestão que afetaram, profundamente, o mercado de trabalho. Alguns dos resultados dessas modificações são a terceirização, o trabalho informal e o ilegal. Essas novas relações de trabalho trazem modificações também na organização do espaço e mudanças de sua função e estrutura.

### **Objetivo**

Olharemos a categoria analítica trabalho informal, na perspectiva das diversas relações e formas que ele se apresenta nesse território singular, como o Estado, ator preponderante para configuração e vida desse lugar, atua em suas relações e a reestruturação espacial resultante da vivência no território.

### **Metodologia**

Para melhor compreender as complexas relações entre espaço, sociedade e trabalho nesse recorte espacial estamos realizando levantamento bibliográfico para a construção de base teórica e conceitual. Trabalhos de campo já foram realizados para observação do cotidiano e das relações existentes, assim como, também, a realização de entrevistas com os trabalhadores do local.

Decorrente de levantamento bibliográfico, o Mercado Popular da Uruguaiana é uma resposta local para opções tomadas ao nível nacional e global. Nele se encontram refletidas as conseqüências da entrada de investimentos estrangeiros e de novas tecnologias, da flexibilização do trabalho e a postura do Estado em relação a ela.

Este Camelódromo é um espaço concebido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1990, dentro do governo de Leonel Brizola, pelo prefeito César Maia. Nesta cidade, esse tipo de mercado popular foi instalado em diversos lugares como alternativa legal para o crescente número de trabalhadores informais e ilegais.

Através de trabalhos de campo, foi percebido que os trabalhadores desse lugar têm dinâmicas de trabalho com o território diferenciadas dos camelôs que trabalham ilegalmente nas ruas, porque foi imposto para os trabalhadores um espaço delimitado, dividido e estruturado pelo Estado (antigo estacionamento), onde eles estão alocados em cabines pré-determinadas, com horário e dias de trabalho, também determinados, restando, para o vendedor, somente a escolha da mercadoria que vai comercializar.

A partir de entrevistas e observações, constatamos que são poucos os donos da licença da cabine que trabalham na venda de mercadorias, sendo a maioria contratada informalmente, por vínculos de amizade, realizando diferentes funções com distintas remunerações e valor recebido pelo trabalho executado.

### **Conclusões Preliminares**

Apesar da diminuição dos postos de trabalho formal, resultante da (re) estruturação do trabalho com um todo, muitas ocupações continuam a existir e até a se expandir para atender a demanda da crescente população que precisa de alguma forma de conseguir dinheiro para se manter.

Os camelôs legalizados perderam a autonomia de trabalho característica da atividade e, mesmo tendo que cumprir diversas regras e sendo reconhecidos como trabalhadores pelo Estado, continuam sem ter nenhum benefício trabalhista. Percebemos, também, uma hierarquia no trabalho informal dentro desse espaço construído, com evidentes relações entre patrão e diversos níveis de empregados.

O Estado poderia interferir nas diferentes relações existentes no camelódromo como interfere no seu espaço físico e na sua estrutura. Entretanto, utiliza essas precárias formas de inserção no mercado de trabalho para que ocorra uma redução na mão-de-obra ociosa, e se aproveita da vigente precarização da força de trabalho para não garantir qualquer tipo de qualidade para os trabalhadores.

Essa atual configuração do trabalho nos obriga a pensar em alternativas para essa configuração do mercado de trabalho e para o trabalhador, e a repensar o conceito tradicional de emprego com horário, carteira assinada, direitos e um futuro previsível.

### **Bibliografia**

FALCÃO, Cláudio Ribeiro; O comércio ambulante na Praça Saens Pena- Rio de Janeiro: reestruturação do mercado de trabalho e dinâmica organizacional. Monografia (graduação) Dep. Geografia/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro ; 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O retorno do território. In: Santos et alu (orgs) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido- os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2º Edição. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2004.

HOGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: Ensaio FEE; v.18, n.2. Porto Alegre; 1997.

BAGNASCO, Arnaldo. A economia informal. In: Ensaio FEE; v.18, n.2. Porto Alegre; 1997.

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do mundo do trabalho. In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2000.

DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho? (Documento preliminar para discussão). São Paulo, Agosto; 2001. Retirado do Site: [www.dowbor.org/](http://www.dowbor.org/) ; Acessado em 15/11/2005.

PIQUET, Rosélia. A resposta brasileira à crise. In: Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil. O papel do estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro, UFRJ/ IPPUR, 1993.